

CADERNO DE QUESTÕES MATUTINO



CONCURSO PÚBLICO DOS QUADROS CIVIL E MAGISTÉRIO
EDITAL N.º 794/SED/2026
24 de maio de 2026

NOME:

CARGO: **ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO II**

LOCAL:

SALA:

INSTRUÇÕES

1) Conferência inicial

Verifique seu **nome e o cargo indicado** da capa deste caderno e leia atentamente as instruções.

2) Composição do caderno *(confira após o início da prova)*

- Contém 40 (quarenta) questões objetivas.
- Todas as questões são de múltipla escolha, com cinco alternativas cada (A, B, C, D e E).
- É permitido fazer anotações, cálculos, riscos e observações exclusivamente neste Caderno.

3) Cartão-Resposta

Confira se o seu **nome, número de inscrição, data de nascimento, CPF e cargo** estão corretos. Caso identifique que o Cartão-Resposta não corresponde aos seus dados, comunique imediatamente ao fiscal **para que seja providenciada a substituição**. O fiscal não está autorizado a alterar informações impressas, e não serão aceitas reclamações posteriores. O preenchimento do Cartão-Resposta é de sua inteira responsabilidade. Não haverá substituição em caso de erro de preenchimento.

4) Material permitido

É obrigatório o uso exclusivo de caneta esferográfica fabricada em material transparente, com tinta azul ou preta.

5) Duração da prova

A prova terá duração de 3 (três) horas, incluindo o tempo destinado ao preenchimento do Cartão-Resposta.

6) Regras de saída

- Ao término da prova, entregue **obrigatoriamente** ao fiscal o Cartão-Resposta e este Caderno de Questões.
- A saída definitiva da sala somente será permitida após **2 (duas) hora** do início da prova.
- É permitido levar apenas a folha intermediária de respostas, localizada na última página deste caderno, desde que contenha exclusivamente as alternativas assinaladas, sendo vedadas quaisquer outras anotações.
- Os **3 (três) últimos candidatos** somente poderão se retirar da sala simultaneamente.

7) Assinaturas

Escreva seu nome completo e assine na capa deste Caderno, e assine também no local indicado no Cartão-Resposta.

BOA PROVA!

Concurso Público Secretaria de Estado da Educação Quadros Civil e Magistério



Nome completo: _____

Assinatura: _____

CONHECIMENTOS GERAIS

Questão 01

(Correta: D)

Em contextos educacionais atravessados por crises, desigualdades e disputas sobre o sentido do futuro, diferentes matrizes temporais passam a orientar, explícita ou implicitamente, as práticas educativas e as propostas institucionais. Algumas tratam a melhoria como decorrência quase automática do tempo; outras convertem a incerteza em paralisia; outras, ainda, fazem da ação crítica no presente a condição para abertura de possibilidades históricas. Associe a segunda coluna de acordo com a primeira, relacionando cada eixo temporal-pedagógico a sua respectiva formulação:

Primeira coluna: eixo temporal-pedagógico

1. Esperança crítica orientada ao presente
2. Otimismo deshistoricizado
3. Fatalismo desmobilizador

Segunda coluna: formulação correspondente

(___) Disposição afirmativa perante o futuro que tende a supor convergência espontânea entre tempo e melhoria, rebaixando a análise das condições concretas e a necessidade de intervenção crítica sobre o presente como condição do porvir desejado.

(___) Leitura da crise que, ao reconhecer a gravidade das contradições, converte a incerteza em bloqueio político-pedagógico, restringindo a escola à gestão adaptativa do dado e naturalizando o presente como horizonte de repetição.

(___) Postura que recusa simultaneamente o cinismo paralisante e a promessa automática de progresso, tomando a indeterminação do futuro como razão para intensificar a ação coletiva no presente e manter abertas possibilidades históricas não realizadas.

Assinale a alternativa que apresenta a correta associação entre as colunas:

- (A) 1 – 2 – 3.
- (B) 3 – 2 – 1.
- (C) 3 – 1 – 2.
- (D) 2 – 3 – 1.
- (E) 2 – 1 – 3.

Questão 02

(Correta: D)

Análises contemporâneas sobre o ambiente informacional digital identificam um fenômeno que vai além da circulação de conteúdos falsos: a produção sistemática de um estado de desorientação epistêmica, no qual a velocidade de disseminação, a lógica de engajamento das plataformas e a captura da linguagem por sistemas algorítmicos criam condições estruturais para o enfraquecimento da razão crítica e da esfera

pública. Nesse contexto, a inteligência artificial generativa não é apenas ferramenta de produção de conteúdo, mas infraestrutura que potencializa a opacidade dos processos informativos, dificultando a distinção entre o que informa, o que entretém e o que desinforma. Para os profissionais que atuam na gestão e no assessoramento educacional, compreender esse cenário é condição para orientar a elaboração de propostas pedagógicas e institucionais voltadas ao letramento digital crítico. A esse respeito, o letramento digital crítico:

- (A) Requer que a escola desenvolva nos estudantes capacidade de reconhecer os interesses econômicos e políticos que orientam a produção e a circulação de conteúdos digitais, porque a identificação dos agentes e das motivações por trás dos fluxos informativos é a competência central para resistir à desorientação epistêmica estrutural.
- (B) Realiza-se quando os estudantes desenvolvem habilidade de checagem sistemática de informações e domínio de critérios jornalísticos de verificação, porque a capacidade de distinguir fontes confiáveis de não confiáveis é condição suficiente para navegar com autonomia no ecossistema informacional contemporâneo.
- (C) Exige que a escola forme estudantes capazes de identificar os mecanismos de manipulação emocional presentes nos conteúdos digitais, porque o apelo afetivo e a espetacularização são os vetores centrais pelos quais a desinformação captura a atenção e contorna a razão crítica dos usuários.
- (D) Demanda desenvolver nos estudantes compreensão das lógicas algorítmicas, das infraestruturas de engajamento e dos interesses que estruturam o ambiente informacional, porque a desorientação epistêmica é produzida sistemicamente e não se resolve pela triagem de fontes ou pela verificação pontual de conteúdos.
- (E) Implica articular compreensão das lógicas de engajamento das plataformas com desenvolvimento de competências socioemocionais para lidar com a sobrecarga informacional, porque a dimensão afetiva da exposição ao ambiente digital é condição tão determinante quanto a dimensão cognitiva para a formação de sujeitos críticos.

Questão 03

(Correta: A)

Em 2025, o Brasil registrou que 66% das crianças concluintes do 2º ano do Ensino Fundamental estavam alfabetizadas na idade certa, superando a meta intermediária pactuada no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. O modelo adotado atribui a cada ente federativo a formulação de sua política de alfabetização conforme as especificidades do território, em colaboração com a União. Especialistas do setor alertaram, contudo, que o resultado agregado nacional pode ocultar desigualdades relevantes entre grupos sociais definidos por raça/cor, nível socioeconômico,

região e localização, e que as crianças não contempladas pelo indicador não podem ser tratadas como resíduo aceitável de política pública. À luz dos fundamentos constitucionais e normativos da educação brasileira, assinale a alternativa correta a respeito da superação dessa meta intermediária de alfabetização:

- (A) Não suspende o dever estatal de universalização nem afasta a obrigação de que o regime de colaboração federativa seja orientado pela redução das desigualdades materiais entre grupos e territórios, pois a Constituição não admite que eficiência agregada de indicador nacional substitua equidade no acesso ao direito à educação.
- (B) Evidencia que a diferenciação territorial das políticas, ao reconhecer as especificidades de cada ente, realiza o princípio da equidade educacional, de modo que as desigualdades inter-redes identificadas pelos dados agregados configuram expressão legítima da autonomia federativa e não falha de coordenação institucional.
- (C) Permite que a cooperação federativa redirecione sua capacidade institucional para as etapas subsequentes ao 2º ano do Ensino Fundamental, dado que a priorização política da alfabetização inicial já produziu efeitos suficientes para sustentar trajetória autônoma de melhora do indicador agregado nacional.
- (D) Indica que o resultado agregado nacional é indicador suficiente para avaliar a adequação da política pública, cabendo à análise desagregada por grupos sociais papel auxiliar e não estruturante na formulação das estratégias federativas de universalização da alfabetização.
- (E) Demonstra que o regime de colaboração federativa operou com eficiência suficiente para justificar a progressiva transferência da responsabilidade de universalização aos entes subnacionais, mantida a União em papel de monitoramento e apoio técnico, sem que isso implique coordenação federal vinculante sobre as desigualdades inter-redes.

Questão 04

(Correta: D)

Com a entrada em vigor, em março de 2026, de nova legislação federal voltada à proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, intensificou-se no Brasil o debate sobre as responsabilidades do Estado, da família, da escola e dos fornecedores de serviços digitais diante dos riscos de exposição precoce, publicidade comportamental, verificação etária e interações inadequadas em redes sociais e jogos on-line. Em uma rede pública de ensino, formou-se controvérsia sobre a extensão dessas responsabilidades: parte da comunidade defendia que o problema exige atuação estrutural e preventiva do Estado; outra sustentava que a proteção cotidiana deve concentrar-se na orientação familiar e pedagógica, com o Estado atuando de forma subsidiária. À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente e dos fundamentos constitucionais de

proteção da infância, assinale a alternativa correta a respeito da proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital:

- (A) Compõe o dever de proteção integral, mas sua operacionalização ordinária deve priorizar a orientação familiar e a mediação pedagógica, reservando a atuação estrutural do Estado para contextos de risco comprovado ou de violação sistemática de direitos.
- (B) Decorre do dever de proteção integral e exige atuação preventiva, educativa e estrutural do Estado em corresponsabilidade com família, escola e agentes econômicos, sendo o padrão protetivo uniforme para toda a faixa etária coberta pelo ECA, dada a igualdade de titularidade do direito.
- (C) Expressa o dever de proteção integral e impõe deveres de transparência e adequação aos fornecedores de serviços digitais, cabendo ao Estado, à família e à escola papel complementar de educação para o uso crítico, sem diferenciação protetiva por faixa etária ou grau de desenvolvimento.
- (D) É exigência do dever de proteção integral e demanda atuação preventiva, educativa e estrutural do Estado em corresponsabilidade com família, escola e agentes econômicos, com salvaguardas diferenciadas conforme a faixa etária e o estágio de desenvolvimento.
- (E) Vincula-se ao dever de proteção integral e pressupõe atuação preventiva, educativa e estrutural do Estado em corresponsabilidade com família, escola e agentes econômicos, concentrando-se o núcleo da iniciativa protetiva cotidiana na família e na escola, às quais cabe definir, conforme o contexto, o padrão efetivo de segurança do menor.

Questão 05

(Correta: D)

Pesquisas nacionais sobre violência no ambiente escolar brasileiro documentam que episódios de agressão, intimidação e constrangimento contra docentes ocorrem com frequência significativamente superior ao que os registros oficiais capturam, raramente ultrapassando os muros das unidades escolares. O fenômeno atinge todos os níveis e etapas da educação, provoca impacto direto sobre a saúde mental dos profissionais afetados e degrada o clima escolar mesmo para aqueles que não foram vítimas diretas. Em Santa Catarina, aproximadamente 82,8% dos docentes da educação básica são mulheres. Considerando os fundamentos constitucionais da educação, a proteção institucional do trabalho docente e a promoção de equidade no contexto escolar, esse quadro exige política pública preventiva e estruturante que:

- (A) Inclua protocolos de apoio, registro e acompanhamento, preservada às unidades escolares a definição do grau de formalização, publicidade e encaminhamento de cada episódio conforme o contexto.
- (B) Priorize o acolhimento e a saúde mental, ficando os protocolos centrais de registro e notificação reservados aos casos reiterados ou de gravidade manifesta.
- (C) Integre educação e saúde e crie canais específicos de apoio, concentrando o núcleo da resposta na valorização da carreira e na melhoria das condições gerais de trabalho.
- (D) Estabeleça protocolos obrigatórios de registro, notificação, proteção e acompanhamento, sem delegação às unidades escolares da decisão sobre tornar visíveis ou não os episódios.
- (E) Seja fundada em proteção e equidade, vedada, contudo, diferenciação institucional relacionada ao perfil de gênero do magistério, para preservação da impessoalidade administrativa.

Questão 06

(Correta: B)

O Censo Escolar 2025 registrou que as matrículas na educação profissional e tecnológica cresceram 68,4% em cinco anos no Brasil, atingindo mais de 3,1 milhões de estudantes, com as redes estaduais respondendo por 81,7% das matrículas públicas. No mesmo período, o percentual de alunos da rede pública em tempo integral passou de 15,1% para 25,8%, patamar que correspondeu à meta estabelecida para o ciclo decenal encerrado em 2024. Os dados revelam ainda disparidades expressivas entre estados: enquanto o Piauí atingiu 68,8% de articulação técnica entre ensino médio e educação profissional na rede pública, o Amazonas registrou 5,2%. Considerando os fundamentos normativos da educação brasileira, os princípios do planejamento educacional e os critérios de avaliação institucional, esse conjunto de dados indica avanço de trajetória e:

- (A) Revela que a concentração das matrículas nos eixos de "gestão e negócios" e "ambiente e saúde" comprova que a política pública está respondendo adequadamente às demandas produtivas dos territórios, o que constitui critério central de avaliação da qualidade da oferta da Educação Profissional e Tecnológica.
- (B) Evidencia que a persistência de disparidades territoriais expressivas e a insuficiência dos indicadores de acesso para capturar intencionalidade pedagógica e capacidade institucional das redes exigem que a avaliação da política pública mobilize dimensões que o Censo Escolar não mensura isoladamente.

- (C) Demonstra que as disparidades territoriais identificadas entre estados expressam o exercício legítimo da autonomia federativa na definição de prioridades educacionais, sem que configurem, por si mesmas, falha de coordenação da política nacional.
- (D) Sugere que o alcance do patamar previsto para o ciclo decenal encerrado em 2024 no tempo integral indica que os instrumentos de planejamento e monitoramento adotados foram suficientes para orientar a expansão com qualidade nas redes públicas.
- (E) Aponta que a concentração de 81,7% das matrículas públicas nas redes estaduais demonstra que o regime de colaboração federativa está distribuindo adequadamente as responsabilidades de oferta entre os entes, com papel complementar e proporcional da rede federal.

Questão 07

(Correta: C)

O Censo Escolar 2025 registrou queda de 2,29% nas matrículas da educação básica brasileira em relação a 2024, totalizando 46,018 milhões de estudantes. No mesmo levantamento, a taxa de frequência escolar na faixa etária de 4 a 17 anos atingiu 97,2%; a distorção idade-série no 3º ano do ensino médio recuou de 27,2% para 13,99% entre 2022 e 2025; o percentual de escolas com acesso à internet passou de 82,8% para 94,5% entre 2021 e 2025; e a taxa de atendimento em creche para crianças de até 3 anos alcançou 41,8%, aproximando-se da meta estabelecida para o ciclo decenal encerrado em 2024. A população de 0 a 3 anos recuou 8,4% entre 2022 e 2025, segundo dados do IBGE. Considerando os fundamentos do planejamento educacional, os critérios de avaliação institucional e os princípios constitucionais que regem a educação brasileira, assinale a alternativa correta a respeito desse conjunto de dados:

- (A) Ele reforça, quando interpretado com os dados de frequência e conectividade, que o principal desafio remanescente da educação básica é a equidade territorial, dado que a distribuição desigual da infraestrutura digital entre regiões é o fator que mais diretamente compromete a qualidade da oferta nas redes públicas.
- (B) Ele indica, quando articulado com a taxa de frequência de 97,2% na faixa etária obrigatória e com o avanço da conectividade, que o sistema avançou em acesso e condições de oferta, sendo a redução da distorção idade-série a evidência complementar que permite concluir sobre melhoria da eficiência e da qualidade do fluxo escolar.
- (C) Ele requer interpretação contextualizada por múltiplos indicadores, pois os dados demográficos, de fluxo, de frequência e de infraestrutura capturam dimensões distintas da política educacional, nenhuma das quais, tomada isoladamente, é suficiente para concluir sobre eficiência sistêmica, retrocesso ou consolidação da qualidade.

- (D) Ele indica, quando articulado com a redução da população em idade escolar e com a taxa de frequência de 97,2% na faixa etária obrigatória, que o país avançou na universalização do acesso à educação básica, cabendo ao planejamento educacional concentrar esforços na expansão da creche e na melhoria da conectividade como desafios remanescentes prioritários.
- (E) Ele aponta, quando combinado com a redução da distorção idade-série, avanço na eficiência do fluxo escolar, sendo esse o indicador mais relevante para avaliar a qualidade do sistema educacional, pois expressa a capacidade das redes de garantir progressão regular e conclusão na idade adequada.

Questão 08

(Correta: D)

A Política Nacional de Cuidados, instituída pela Lei n.º 15.069, de 23 de dezembro de 2024, e regulamentada pelo Decreto n.º 12.562, de 2025, previu, no âmbito do Plano Nacional de Cuidados, a implantação das Cuidotecas: espaços públicos, gratuitos e acessíveis destinados ao acolhimento de crianças de 3 a 12 anos, com e sem deficiência, em horários que excedem a jornada escolar, especialmente no período noturno. O serviço apoia pessoas responsáveis pelo cuidado de crianças no âmbito familiar que precisam estudar, se qualificar ou trabalhar. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios indicam que mais de 30% das mulheres que deixaram de procurar emprego apontaram os cuidados familiares como motivo, índice que entre os homens não chega a 3%. Considerando os fundamentos constitucionais e normativos da educação e dos direitos sociais no Brasil, as Cuidotecas, na arquitetura de proteção social brasileira, operacionalizam o princípio da corresponsabilidade social ao compartilhar com o âmbito público parte do cuidado de crianças em horários alternativos à escola e:

- (A) Têm como objetivo normativo central reduzir a evasão escolar e prevenir riscos ao desenvolvimento integral das crianças, sendo a autonomia econômica das mulheres objetivo derivado e complementar.
- (B) Funcionam como complemento à oferta da educação básica ao ampliar o tempo de permanência das crianças em ambiente institucional protegido, articulando-se às metas de educação em tempo integral previstas no Plano Nacional de Educação.
- (C) Têm na concentração inicial de implantação em Institutos Federais e capitais uma estratégia que prioriza a autonomia econômica das mulheres em contextos urbanos de maior dinamismo produtivo, em conformidade com os critérios de equidade previstos na política.
- (D) Endereçam a desigualdade estrutural de gênero que limita o acesso de mulheres à educação e ao trabalho, sem substituir os serviços educacionais formais nem a convivência familiar.

- (E) Devem ter sua efetividade avaliada prioritariamente pelo critério de redução da sobrecarga de cuidado sobre as mulheres, dado que esse indicador expressa diretamente o cumprimento do objetivo central da política.

Questão 09

(Correta: B)

Pesquisas divulgadas em novembro de 2025 produziram dois conjuntos de dados sobre escolaridade e trajetória juvenil no Brasil. O primeiro, da organização Todos pela Educação, registrou que a taxa de conclusão do ensino médio na idade correta avançou de 54,5% para 74,3% entre 2015 e 2025, mas que a diferença entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos permanece em 33,8 pontos percentuais, e que, mantido o ritmo atual, jovens mais pobres só terão as mesmas chances de concluir o ensino médio que os mais ricos têm hoje em mais de duas décadas. O segundo, do Instituto Data Favela, identificou que mais da metade das quase 4 mil pessoas envolvidas com o tráfico de drogas entrevistadas não chegou ao ensino médio, que 41% relataram que teriam estudado mais se pudessem refazer o passado, e que 74% são negras. Considerando os fundamentos normativos da educação brasileira e os princípios de planejamento e avaliação de políticas educacionais, assinale a alternativa que analisa corretamente esse conjunto de dados:

- (A) Revela que o recorte de gênero é o fator estrutural mais negligenciado pela política educacional, pois os dados indicam que mulheres negras pobres apresentam taxas de conclusão superiores às dos homens no mesmo grupo socioeconômico e racial, evidenciando que o desafio remanescente concentra-se na retenção masculina de baixa renda.
- (B) Evidencia que o avanço quantitativo nas taxas de conclusão não elimina a obrigação institucional de endereçar desigualdades estruturais de renda e raça, pois a persistência dessas disparidades indica que a expansão do acesso, sem políticas intencionalmente orientadas à equidade, não produz convergência entre grupos em ritmo compatível com o horizonte normativo de universalização.
- (C) Aponta trajetória positiva que deve ser mantida, sendo a baixa escolaridade entre pessoas envolvidas com o tráfico uma evidência de que a evasão escolar é o fator isolado mais determinante para a vulnerabilidade social, exigindo que a política educacional concentre esforços na permanência como prioridade central.
- (D) Sugere que o ritmo de redução das desigualdades de renda é mais relevante para a política educacional do que o recorte racial, pois a diferença entre os grupos de renda extremos é aproximadamente três vezes maior do que a diferença entre brancos e pretos, pardos e indígenas nas taxas de conclusão.

- (E) Confirma a eficácia das políticas educacionais da última década, sendo os dados sobre escolaridade de pessoas envolvidas com o tráfico um reforço de que a ampliação do acesso à escola é a principal resposta institucional disponível para a redução das desigualdades socioeconômicas e raciais identificadas.

Questão 10

(Correta: C)

A Fundação Biblioteca Nacional ampliou, em 2025, suas ações de mediação de leitura para além dos espaços escolares convencionais, inaugurando bibliotecas em ambiente hospitalar e preparando iniciativas para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Essas ações são coordenadas com curadoria especializada e articuladas à formação de leitores desde a infância. Nesse contexto, a experiência sueca de retomada do livro impresso após período de substituição por suportes digitais é citada como evidência de que os diferentes suportes de leitura têm especificidades pedagógicas que não se anulam mutuamente. Considerando os fundamentos normativos da educação brasileira e os princípios do trabalho pedagógico com a leitura literária, analise as sentenças que tratam da mediação de leitura literária como responsabilidade institucional obrigatória da escola ao longo de toda a educação básica e assinale a alternativa correta:

- (A) Quando estendida a contextos de vulnerabilidade, deve ser reconhecida como dimensão autônoma da política cultural do Estado, com projeto pedagógico próprio articulado, mas não integrado ao projeto educativo da escola de origem dos estudantes atendidos.
- (B) Encontra na experiência sueca indicativo de que a política educacional deve estruturar prioritariamente a oferta e a renovação do acervo físico nas escolas como eixo central da formação leitora, articulado à mediação docente.
- (C) Quando estendida a espaços não escolares, expressa a amplitude do direito à formação integral, sem que a escola possa delegar essa responsabilidade às instituições culturais que atuam nesses espaços.
- (D) Quando estendida a espaços não escolares, indica que a coordenação da política pública de leitura deve ser assumida por instituições culturais especializadas, cabendo à escola papel de articulação e encaminhamento dos estudantes.
- (E) Quando estendida a contextos com públicos de necessidades específicas, requer que o projeto pedagógico dessas iniciativas seja elaborado pelas instituições coordenadoras, com participação consultiva da escola de origem dos estudantes atendidos.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Questão 11

(Correta: C)

No Sistema de Nomes de Domínio (DNS – Domain Name System), a resolução de nomes é realizada por meio de consultas que podem envolver múltiplos servidores distribuídos hierarquicamente. Um resolvidor recursivo atua em nome do cliente, sendo responsável por obter a resposta completa à consulta DNS. Considerando o funcionamento do resolvidor recursivo, assinale a alternativa correta:

- (A) Encaminha a consulta original diretamente a um servidor DNS autoritativo previamente configurado e aguarda a resposta final, sem realizar consultas iterativas a servidores intermediários, como servidores raiz ou TLD, delegando integralmente a resolução externa.
- (B) Utiliza obrigatoriamente o protocolo TCP em todas as consultas DNS, tanto para garantir a confiabilidade na entrega das mensagens quanto para suportar respostas maiores, independentemente do contexto da consulta ou das características da rede.
- (C) Realiza consultas sucessivas a servidores DNS, seguindo a hierarquia do sistema, até obter uma resposta válida (autoritativa ou não), podendo armazená-la em cache antes de retorná-la ao cliente.
- (D) Consulta diretamente os servidores raiz em todas as resoluções, independentemente da existência de informações previamente armazenadas em cache.
- (E) Responde exclusivamente com dados previamente armazenados em cache local, sem realizar consultas adicionais a outros servidores DNS, mesmo na ausência da informação solicitada.

Questão 12

(Correta: C)

Os cookies são arquivos de texto utilizados pelas aplicações web para manter informações de estado entre o navegador do usuário e o servidor, uma vez que o protocolo HTTP é *stateless* (não mantém estado entre requisições). Assinale a alternativa correta sobre o funcionamento dos cookies:

- (A) São sempre persistentes, ou seja, permanecem armazenados no navegador do usuário mesmo após o fechamento do navegador ou reinicialização do computador, e nunca expiram.
- (B) Funcionam exclusivamente em conexões HTTPS, não sendo suportados em conexões HTTP comuns.
- (C) São enviados pelo navegador do cliente em requisições subsequentes ao mesmo domínio, permitindo que o servidor reconheça o usuário nas visitas seguintes.
- (D) São armazenados apenas no servidor, onde ficam todas as informações de sessão e preferências do usuário.

- (E) Não podem ser utilizados para controlar sessões de usuário, pois são inseguros e facilmente manipuláveis.

Questão 13

(Correta: A)

Nos sistemas operacionais modernos, a organização dos arquivos e diretórios é baseada em uma estrutura hierárquica em forma de árvore. Nessa estrutura, existe um diretório raiz (*root directory*) que serve como ponto de partida para toda a navegação e referência de arquivos e subdiretórios no sistema. Considerando esse modelo, assinale a alternativa correta:

- (A) Um caminho absoluto define a localização completa de um arquivo ou diretório a partir do diretório raiz, sendo independente do diretório de trabalho atual do processo.
- (B) Em uma árvore hierárquica estrita, um mesmo arquivo pode estar simultaneamente contido em múltiplos diretórios pais sem a necessidade de mecanismos adicionais.
- (C) Caminhos relativos são resolvidos mais rapidamente que caminhos absolutos, pois não requerem acesso às estruturas internas do sistema de arquivos.
- (D) O diretório raiz não possui permissões de acesso, sendo automaticamente acessível por todos os processos do sistema.
- (E) Diretórios podem conter apenas arquivos, sendo proibida a criação de subdiretórios para evitar a formação de ciclos na estrutura.

Questão 14

(Questão anulada)

Em sistemas de gestão de documentos e informação, os metadados desempenham um papel essencial na organização, classificação, busca e recuperação eficiente de conteúdos digitais. Eles fornecem informações sobre os dados, ajudando a contextualizar, estruturar e gerenciar os recursos armazenados. Assinale a alternativa correta sobre o conceito de metadados:

- (A) Metadados são sempre inseridos manualmente pelos usuários, não sendo possível gerá-los de forma automática por sistemas ou ferramentas.
- (B) A remoção de metadados de um arquivo digital melhora sua capacidade de indexação em mecanismos de busca baseados em conteúdo textual.
- (C) Metadados estruturais descrevem a organização interna de um recurso, como a sequência de páginas, capítulos, seções ou componentes de um documento.
- (D) Metadados são obrigatoriamente armazenados no interior do próprio arquivo, não podendo ser mantidos em sistemas ou bancos de dados externos.

- (E) Metadados servem apenas para melhorar a aparência visual dos documentos, sem qualquer influência na organização ou recuperação das informações.

Questão 15

(Questão anulada)

Em sistemas operacionais multitarefa, há uma distinção fundamental entre o conceito de programa, que representa um conjunto estático de instruções armazenadas em disco, e processo, que corresponde à execução ativa dessas instruções em memória. A esse respeito, assinale a alternativa correta:

- (A) Um sistema operacional multitarefa impede que múltiplas instâncias de um mesmo programa sejam executadas simultaneamente.
- (B) Programas em execução não podem ser interrompidos por eventos externos, garantindo execução contínua até sua finalização.
- (C) Um processo é uma instância em execução de um programa, contendo seu próprio estado de execução, como contador de programa, registradores e espaço de memória.
- (D) Processos derivados do mesmo programa compartilham automaticamente todas as variáveis globais em memória física.
- (E) As informações sobre processos ativos são armazenadas como arquivos ocultos no sistema de arquivos do sistema operacional.

Questão 16

(Questão anulada)

Em sistemas operacionais de tempo real, o escalonamento baseado em prioridades é amplamente utilizado para garantir que tarefas críticas atendam a seus requisitos temporais. No entanto, o uso de recursos compartilhados, como mutexes e semáforos, pode introduzir situações em que tarefas de maior prioridade sofrem atrasos inesperados. Nesse contexto, assinale a alternativa que descreve corretamente o fenômeno de inversão de prioridade:

- (A) Refere-se a um mecanismo de controle do escalonador que reduz dinamicamente a prioridade de tarefas críticas ao detectar contenção por recursos, com o objetivo de equilibrar o uso da CPU e evitar *starvation* entre tarefas concorrentes.
- (B) Ocorre quando o escalonador, ao adotar políticas estritamente baseadas em prioridade fixa, garante que tarefas de maior prioridade sempre preemptem tarefas de menor prioridade, inclusive durante o uso de recursos compartilhados, eliminando qualquer possibilidade de bloqueio indireto.

- (C) Ocorre quando uma tarefa de alta prioridade é bloqueada por uma tarefa de menor prioridade, a qual detém um recurso necessário à sua execução, podendo haver ou não a interferência de tarefas de prioridade intermediária.
- (D) Acontece exclusivamente em sistemas não preemptivos, nos quais uma tarefa em execução mantém o controle da CPU até liberar voluntariamente o processador, impedindo a atuação do escalonador na reorganização das prioridades durante a execução.
- (E) É uma técnica de escalonamento utilizada para otimizar o consumo de energia, na qual tarefas de maior prioridade têm sua execução deliberadamente postergada para reduzir o uso de recursos computacionais.

Questão 17

(Questão anulada)

Em aplicações modernas, é comum permitir que serviços de terceiros acessem recursos protegidos de um usuário (como dados de perfil, arquivos ou e-mails) sem a necessidade de compartilhar credenciais diretamente. Para isso, utiliza-se o OAuth 2.0, que implementa um modelo de autorização delegada baseado em tokens de acesso e escopos definidos pelo servidor de autorização. Considerando o funcionamento do OAuth 2.0, assinale a alternativa correta:

- (A) O cliente deve armazenar as credenciais do usuário (como login e senha) de forma segura para renovar automaticamente o acesso aos recursos protegidos sempre que necessário.
- (B) O código de autorização (*authorization code*) pode ser reutilizado múltiplas vezes pelo cliente para obtenção de novos tokens de acesso, funcionando como uma credencial persistente equivalente à senha do usuário.
- (C) O token de acesso concedido ao cliente fornece acesso completo e irrestrito a todos os recursos disponíveis do usuário no servidor de recursos, independentemente dos escopos solicitados ou do consentimento explicitamente fornecido durante o fluxo de autorização.
- (D) O token de acesso permite que o cliente acesse recursos protegidos em nome do usuário, limitado pelos escopos autorizados e pelo tempo de validade definido pelo servidor de autorização.
- (E) O OAuth 2.0 é responsável por garantir a confidencialidade e integridade dos dados durante a comunicação entre cliente e servidor, substituindo mecanismos criptográficos de transporte ao prover proteção nativa contra interceptação, ataques *man-in-the-middle* e vazamento de dados em trânsito.

Questão 18

(Correta: E)

No Google Workspace, os administradores utilizam as Unidades Organizacionais para organizar usuários e dispositivos de forma hierárquica. Essa estrutura permite aplicar configurações e políticas de forma centralizada e organizada. Assinale a alternativa correta a respeito do funcionamento das Unidades Organizacionais:

- (A) Ao excluir uma unidade organizacional superior, todos os usuários são automaticamente movidos para a raiz do domínio sem qualquer impacto nas políticas aplicadas anteriormente.
- (B) As unidades organizacionais servem apenas para distribuir espaço de armazenamento entre os usuários, não influenciando as permissões de serviços como Gmail, Drive ou Meet.
- (C) A estrutura das unidades organizacionais deve obrigatoriamente seguir a arquitetura física da rede da empresa para que os serviços funcionem corretamente.
- (D) Um usuário pode pertencer simultaneamente a várias unidades organizacionais, acumulando as permissões e configurações de todas elas.
- (E) As configurações definidas em uma unidade organizacional são automaticamente herdadas pelas unidades organizacionais subordinadas, salvo quando houver uma configuração diferente, definida explicitamente em um nível inferior.

Questão 19

(Correta: C)

Em ambientes corporativos que utilizam plataformas de colaboração digital, as ameaças não técnicas continuam sendo uma das principais causas de incidentes de segurança. Nesse contexto, os ataques de engenharia social exploram fatores humanos para obter acesso indevido a informações ou sistemas. Assinale a alternativa correta sobre esse tipo de ataque:

- (A) Ataques de *phishing* em ambientes corporativos exigem que o atacante tenha acesso físico à infraestrutura de rede ou aos servidores dos provedores de serviço para serem bem-sucedidos.
- (B) O termo *spam* refere-se exclusivamente à técnica de engenharia social que consiste em enviar mensagens em massa com o objetivo de sobrecarregar servidores de e-mail e causar interrupções no serviço.
- (C) O *pretexting* é uma técnica que envolve a criação de uma situação fictícia ou cenário falso para convencer a vítima a fornecer informações confidenciais ou realizar ações que comprometam a segurança.
- (D) A mitigação eficaz de ataques de engenharia social depende exclusivamente da aplicação de controles técnicos avançados, como firewalls, antivírus e sistemas de detecção de intrusão.
- (E) A implementação de autenticação multifator elimina completamente o risco de ataques baseados em manipulação psicológica.

Questão 20

(Correta: C)

No Google Workspace, o recurso de Acesso de Convidado (*Guest Access*) permite que usuários externos participem de reuniões, documentos e espaços colaborativos, desde que respeitem as políticas de segurança e governança definidas pela organização. Analise as afirmativas a seguir:

I.O acesso de convidado permite que usuários externos colaborem utilizando suas próprias identidades, respeitando as permissões configuradas pelo administrador.

II.A configuração de listas de domínios permitidos (*allow list*) define quais domínios externos podem acessar o ambiente, restringindo o acesso a origens autorizadas.

IIIUsuários convidados possuem, por padrão, privilégios administrativos equivalentes aos administradores globais da organização.

É correto o que se afirma em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 21

(Correta: B)

Uma secretaria estadual de educação instituiu processo anual de revisão de prioridades da rede por meio de consultas digitais, audiências territoriais e manifestações dos conselhos escolares. Ao final de cada ciclo, publica relatório com as metas e ações priorizadas, acompanhado de síntese quantitativa das contribuições recebidas por eixo temático. A equipe central, contudo, não torna públicos os critérios de tratamento das propostas, não informa quais foram acolhidas ou rejeitadas e não apresenta devolutiva com justificativa às instâncias participantes. O processo é apresentado pela secretaria como modelo de gestão participativa e transparente. Considerando os fundamentos de governo aberto, participação social e *accountability*, a interpretação tecnicamente mais adequada é a de que:

- (A) A política satisfaz os requisitos de governo aberto porque combina múltiplos canais de escuta com publicização do resultado final, sendo a prestação de contas sobre o tratamento interno das contribuições matéria de gestão discricionária que não integra o núcleo obrigatório da transparência ativa.

- (B) A publicação de síntese quantitativa das contribuições não configura transparência do processo decisório, pois participação social qualificada exige rastreabilidade das propostas, critérios públicos de tratamento e devolutiva fundamentada que permita às instâncias participantes avaliar como suas contribuições influenciaram as decisões.

- (C) A política é compatível com participação social porque preserva autonomia decisória da equipe técnica sem inviabilizar os canais de manifestação, e a *accountability* do processo pode ser exercida pelo controle externo a partir do relatório de metas publicado ao final do ciclo.

- (D) A exigência de devolutiva com justificativa individualizada ou colegiada às instâncias participantes extrapola o dever de transparência da administração pública, cujo núcleo esgota-se na publicidade do resultado e na disponibilização dos dados agregados produzidos pelo processo.

- (E) A síntese quantitativa das contribuições por eixo temático cumpre adequadamente a função de devolutiva institucional, pois demonstra que as manifestações foram sistematizadas e consideradas no processo de consolidação das prioridades.

Questão 22

(Correta: D)

Após recomendações de órgãos de controle, uma secretaria de educação passou a publicar painéis trimestrais de execução física e financeira de seus programas. Os dados são tecnicamente consistentes e organizados por indicador, programa e unidade orçamentária. As manifestações dos cidadãos sobre os painéis recebem resposta em até cinco dias úteis, dentro do prazo legal, e são encaminhadas ao setor responsável pelo dado questionado. As respostas, contudo, confirmam a existência e a localização do dado no painel sem explicar seu significado, sem orientar sobre caminhos administrativos cabíveis e sem indicar a quem recorrer em caso de discordância. Considerando os fundamentos da comunicação pública e do atendimento ao cidadão, assinale a alternativa que apresenta a interpretação mais adequada:

- (A) A resposta que confirma a existência e a localização do dado cumpre o dever de atendimento ao cidadão, pois a orientação sobre o significado dos dados e os caminhos administrativos cabíveis extrapola o escopo do canal de manifestações e compete a instâncias especializadas de ouvidoria.

- (B) A política apresenta fragilidade apenas operacional porque o conteúdo técnico dos painéis é adequado e a limitação das respostas decorre de restrições de capacidade dos setores responsáveis, podendo ser superada com treinamento pontual das equipes de atendimento sem necessidade de redesenho da política.

- (C) A política atende adequadamente ao dever de comunicação pública porque combina disponibilização ativa de dados consistentes com resposta dentro do prazo legal, sendo a acessibilidade comunicativa responsabilidade do cidadão que acessa informações de natureza técnico-orçamentária.
- (D) O cumprimento formal dos prazos legais de resposta não configura atendimento com qualidade ao cidadão, pois comunicação pública exige que a resposta seja compreensível, orientadora e capaz de habilitar o cidadão a exercer seus direitos, e não apenas confirmatória da existência da informação.
- (E) A exigência de linguagem cidadã nas respostas deve ser ponderada com o princípio da impessoalidade, que veda tratamento diferenciado entre cidadãos e impõe padronização das respostas institucionais, o que justifica o formato confirmatório adotado pela secretaria.

Questão 23

(Correta: C)

Uma secretaria de educação implantou matriz institucional de riscos em que cada unidade administrativa identifica eventos, atribui probabilidade e impacto e remete as informações à instância central ao fim do exercício. A consolidação anual subsidia relatório encaminhado a órgãos de controle. Contudo, não há definição formal de proprietários do risco, nem vinculação entre riscos priorizados, medidas de tratamento, alocação orçamentária e monitoramento contínuo das respostas adotadas. A secretaria apresenta a matriz como instrumento de governança e gestão de riscos consolidado. À luz dos fundamentos da gestão de riscos institucionais no setor público, assinale a alternativa que indica a interpretação tecnicamente mais adequada:

- (A) O monitoramento contínuo pode ser adequadamente substituído por revisões anuais consolidadas, desde que a metodologia de classificação dos riscos seja padronizada e permita comparabilidade entre exercícios, assegurando rastreabilidade histórica dos eventos mapeados.
- (B) A política já atende ao núcleo da gestão de riscos porque o mapeamento anual com escala de probabilidade e impacto permite à administração cumprir adequadamente sua obrigação de prevenção institucional e subsidiar o controle externo com informação sistematizada.
- (C) A política permanece em estágio predominantemente inventarial, porque identificação e classificação de riscos sem tratamento definido, responsabilização, integração decisória e monitoramento não configuram ciclo maduro de gestão de riscos, independentemente da regularidade com que a matriz é produzida.

- (D) A integração entre riscos priorizados e alocação orçamentária é desejável, mas não constitutiva da gestão de riscos, cuja finalidade principal é produzir memória institucional dos eventos críticos, subsidiar a fiscalização externa e não interferir diretamente na alocação de recursos.
- (E) A ausência de proprietários formais do risco não compromete a política desde que a instância central consolide adequadamente a matriz, pois a responsabilização difusa entre unidades administrativas pode ser funcionalmente equivalente à designação formal de responsáveis.

Questão 24

(Correta: B)

Uma secretaria de educação elaborou plano de continuidade de serviços que define cenários críticos, papéis e responsabilidades, fluxos de comunicação interna e externa e protocolos de retomada das atividades escolares. O plano foi validado tecnicamente pela equipe central e divulgado às escolas por meio de circular. Contudo, não foi objeto de simulações práticas, não há formação das equipes escolares para sua execução, os protocolos de comunicação com famílias e comunidade não foram testados e o plano não prevê mecanismo de revisão após a ocorrência de eventos críticos reais. Quando um evento inesperado afetou três escolas da rede, as equipes locais não souberam acionar os protocolos e a comunicação com as famílias foi improvisada pela direção de cada unidade. A secretaria avalia que o problema foi de execução pontual e não de concepção do plano. Considerando os fundamentos da gestão de crises e da continuidade de serviços públicos, assinale a alternativa que indica a interpretação mais adequada:

- (A) O plano cumpriu sua função institucional porque formalizou cenários, papéis e fluxos de comunicação, sendo a falha na execução decorrente de insuficiência das equipes locais, o que demanda capacitação pontual sem necessidade de revisão do modelo de gestão de crises adotado.
- (B) A existência de plano tecnicamente elaborado não é suficiente para assegurar continuidade de serviços em contextos críticos, pois a capacidade de resposta institucional depende de simulações, formação das equipes, teste dos protocolos de comunicação e mecanismos de aprendizagem organizacional após eventos reais.
- (C) A avaliação da secretaria está parcialmente correta, pois problemas de execução e problemas de concepção do plano são categorias distintas e a ausência de simulações e formação configura lacuna operacional que pode ser corrigida sem redesenho do instrumento de continuidade.

- (D) A improvisação das equipes locais na comunicação com as famílias demonstra que o problema central é a ausência de autonomia das unidades escolares para adaptar os protocolos às suas realidades, cabendo à secretaria ampliar a margem decisória local sem alterar a estrutura central do plano.
- (E) A comunicação improvisada pelas direções escolares pode ser considerada resposta adaptativa legítima em contextos de crise, pois a capacidade de decisão situacional das lideranças locais é atributo essencial da gestão de crises e não pode ser inteiramente substituída por protocolos centralizados.

Questão 25

(Correta: B)

Uma secretaria de educação instituiu política de sustentabilidade que incorporou critérios socioambientais aos editais de compras, estabeleceu metas de redução de consumo de energia e água nas unidades escolares e criou comitê interno de acompanhamento com reuniões bimestrais. Após dois anos de implementação, o comitê constata que os critérios socioambientais nos editais foram cumpridos formalmente, mas os produtos adquiridos nem sempre atendem ao desempenho ambiental esperado porque as especificações técnicas são genéricas e não há verificação posterior do atendimento aos critérios durante a execução contratual. As metas de consumo foram definidas sem diagnóstico prévio das condições de infraestrutura das unidades e os dados de monitoramento apresentam inconsistências que impedem avaliação confiável dos resultados. O comitê avalia que a política está em fase de consolidação e que os problemas identificados são naturais do processo de maturação institucional. Considerando os fundamentos da sustentabilidade na gestão pública e da responsabilidade institucional, assinale a alternativa que indica a interpretação mais adequada:

- (A) O cumprimento formal dos critérios socioambientais nos editais é suficiente para caracterizar política de compras sustentáveis, pois a verificação do desempenho ambiental durante a execução contratual é atribuição do setor de contratos e não integra o escopo da política de sustentabilidade institucional.
- (B) A política possui estrutura formal relevante, mas apresenta fragilidades constitutivas que não se reduzem a problemas de maturação, pois especificações genéricas sem verificação de execução, metas sem diagnóstico de base e monitoramento inconsistente comprometem a efetividade dos critérios socioambientais adotados e a responsabilidade institucional sobre os resultados.

- (C) As metas de redução de consumo definidas sem diagnóstico prévio constituem problema de planejamento corrigível na próxima revisão do plano, mas não comprometem a validade da política de sustentabilidade, cuja responsabilidade institucional se afere principalmente pelo compromisso declarado com critérios socioambientais e não pelos resultados mensurados.
- (D) A avaliação do comitê está correta ao qualificar os problemas como naturais do processo de maturação, pois políticas de sustentabilidade em organizações públicas exigem ciclos longos de aprendizagem e os indicadores de efetividade só podem ser avaliados com confiabilidade após período mínimo de cinco anos de implementação contínua.
- (E) A política está adequadamente encaminhada porque combina critérios nos editais, metas quantitativas e instância de acompanhamento, sendo as inconsistências identificadas pelo comitê problemas esperados de ajuste que tendem a ser superados com o acúmulo de experiência institucional ao longo dos ciclos de implementação.

Questão 26

(Correta: D)

A figura a seguir foi adaptada do Plano de Classificação de Documentos da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina:

| | |
|----------------|-----------------------------------------------------------|
| <u>nível 1</u> | 06 - GESTÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS |
| <u>nível 2</u> | 02 - Educação |
| <u>nível 3</u> | 01 - Gestão da Rede Pública de Educação |
| <u>nível 4</u> | 01 - Política da Educação Básica, Profissional e Superior |

| <u>nível 5</u> | <u>nível 6</u> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|
| 01 - Sistematizar e Emitir Relatório Periódico de Acompanhamento e Controle da Unidade Escolar | 001 - Relatório sobre Avaliação da Escola |

(Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2025/02/Tabela-de-Tem-poralidade-GEDOC-04.02.25.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2025.)

Considerando a estrutura funcional de classificação adotada pelo Estado de Santa Catarina, associe a segunda coluna de acordo com a primeira, relacionando os níveis presentes na imagem às categorias metodológicas correspondentes:

Primeira coluna: níveis presentes na imagem

- 1.Nível 1
- 2.Nível 2
- 3.Nível 3
- 4.Nível 4
- 5.Nível 5
- 6.Nível 6

Segunda coluna: categorias metodológicas correspondentes

() Documento.

() Atividade.

() Grupo.

() Subgrupo.

() Função.

() Subfunção.

Assinale a alternativa que apresenta a correta associação entre as colunas:

(A) 4 – 3 – 1 – 2 – 6 – 5.

(B) 6 – 5 – 3 – 4 – 1 – 2.

(C) 5 – 6 – 1 – 2 – 4 – 3.

(D) 6 – 5 – 1 – 2 – 3 – 4.

(E) 1 – 2 – 3 – 4 – 5 – 6.

Questão 27

(Correta: E)

Leia o texto a seguir:

Gerenciamento Eletrônico de Documentos

Como objetivo de organizar, minimizar e facilitar o acesso às informações existentes nos arquivos do Instituto Estadual de Educação (IEE), das Unidades Escolares e dos diferentes setores do órgão Central da SED, a Secretaria implantou o Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED).

As escolas da rede estadual catarinense têm por obrigação armazenar o histórico escolar dos alunos e informações referentes à contratação/registro dos professores em seus arquivos. Estes dados são armazenados em papel, dificultando o acesso e manuseio com o passar do tempo. Por isso, o objetivo do projeto é colocar as informações escolares num formato digital, com indexação e armazenamento em uma infraestrutura de banco de dados, na qual o documento poderá ser encontrado facilmente por meio de sistemas corporativos, tais como o SISGESC.

Os dados referentes às escolas extintas ou desativadas são enviados para a Secretaria de Estado da Educação, onde eles são microfilmados e guardados, ficando disponíveis para consulta apenas no Setor de Escolas Extintas.

Conforme regulamento do Sistema, a SED, por meio da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, vem desenvolvendo trabalhos referentes à Avaliação de Documentos, aplicação da Tabela de Temporalidade e digitalização de documentos da SED, que segue os passos do Manual de Avaliação de Documentos da SED.

(Disponível em: <

<https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/gerenciamento-eletronico-de-documentos/>>. Acesso em 17 abr. 2026. Adaptado.)

Tendo em vista o texto anterior e as práticas de gestão de documentos do Estado de Santa Catarina, analise as sentenças e registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

() A Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) em Santa Catarina é um órgão centralizado junto a Secretaria do Estado da Administração que tem como atribuição a análise, avaliação e seleção dos documentos produzidos e acumulados pela Administração Pública estadual.

() A Tabela de Temporalidade Documental é um instrumento que objetiva estabelecer os prazos de guarda e de destinação adequada de documentos, definindo as fases pelas quais os documentos passam.

() Leva-se em consideração, na hora da construção da Tabela de Temporalidade Documental, fatores como: utilidade administrativa, cultural, histórica, fiscal e legal.

() A análise da legislação específica é fundamental na determinação dos prazos de guarda dos documentos da atividade-meio. Para os documentos sem prazo regulamentado, esses serão analisados, definidos e aprovados pela CPAD de cada órgão de forma unilateral.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

(A) F – F – V – F.

(B) F – F – F – V.

(C) V – V – V – F.

(D) V – V – F – V.

(E) F – V – V – F.

Questão 28

(Correta: E)

Carlos é servidor efetivo e estável de uma escola pública estadual em Santa Catarina onde atua como diretor. Após uma auditoria interna, descobriu-se farta prova documental de que ele estaria desviando verbas destinadas à manutenção da escola. Há, inclusive, uma confissão por escrito do próprio servidor em um e-mail corporativo enviado a um colega. Diante da materialidade e autoria evidentes, a autoridade competente instaurou diretamente um Processo Administrativo Disciplinar (PAD), optando por não realizar qualquer sindicância prévia. Como medida cautelar, foi determinado o afastamento preventivo de Carlos pelo prazo de 60 dias, mantendo-se a sua remuneração. Durante o curso do PAD, o Ministério Público ofereceu denúncia criminal contra Carlos pelos mesmos fatos. Imediatamente, a defesa do servidor protocolou um requerimento exigindo o sobrestamento (paralisação) do processo administrativo até que houvesse uma sentença judicial transitada em julgado. Ao final das fases de instrução e defesa, a Comissão Processante elaborou seu relatório conclusivo sugerindo a aplicação da penalidade de suspensão de 60 dias. A autoridade julgadora, contudo, discordou do relatório, entendendo, de forma motivada, que a gravidade dos atos exigia a aplicação da pena de demissão simples.

Considerando as disposições da Lei Complementar n.º 491/2010, assinale a alternativa que descreve a conduta

e a fundamentação correta para o desenrolar desse caso:

- (A) O afastamento preventivo cautelar de Carlos é válido e, durante esse período de 60 dias, o servidor fica desobrigado de seus deveres, não precisando ficar à disposição do órgão ao qual é vinculado ou da Comissão Processante.
- (B) A instauração direta do PAD foi um ato ilegal que gera nulidade insanável, pois a sindicância (investigativa ou punitiva) é um rito obrigatório e irrenunciável que deve preceder o processo disciplinar em casos que envolvam desvio de recursos.
- (C) Se, na fase pertinente, a defesa técnica não fosse apresentada no prazo legal, a Comissão deveria decretar os efeitos materiais da revelia (presunção de veracidade das acusações) e encaminhar o processo diretamente para o julgamento da autoridade competente, sem a necessidade de nomear defensor.
- (D) O pedido da defesa de Carlos para sobrestar o PAD deve ser compulsoriamente atendido, uma vez que não pode haver tramitação simultânea de processo administrativo-disciplinar quando há ação na esfera judicial contra o servidor pelos mesmos fatos.
- (E) A autoridade julgadora tem o livre convencimento para divergir da comissão e propor o agravamento da pena para demissão simples, mas, antes de sua aplicação, o processo deverá obrigatoriamente ser submetido ao respectivo órgão jurídico e à Procuradoria Geral do Estado.

Questão 29

(Correta: E)

A comissão técnica da Secretaria de Estado da Educação, ao estruturar seu Plano de Integridade, deparou-se com o desafio de enquadrar metodologicamente os eventos de "nepotismo" e "conflito de interesses" mapeados nas instâncias decisórias e de fiscalização. Considerando a dogmática de Gestão de Riscos e a estruturação de Programas de Integridade na Administração Pública Federal e distrital (parâmetros da CGU), assinale a alternativa que reflete o correto tratamento técnico dessas vulnerabilidades:

- (A) A eficácia do ambiente de controle ético demanda a estrita segregação de funções entre a alta gestão diretiva e o Programa de Integridade, de modo que o patrocínio executivo às medidas de conformidade seja afastado para garantir a total isenção e imparcialidade das instâncias correcionais.
- (B) A modelagem de resposta para eventos que envolvem dolo intrínseco e infrações estatutárias preconiza a adoção do compartilhamento de riscos (transferência metodológica), mediante o estabelecimento de cláusulas assecuratórias terceirizadas que minimizem a necessidade de instâncias internas de detecção.

- (C) A mitigação sistêmica dessas vulnerabilidades estabelece a exigência periódica de declarações de inexistência de vínculos familiares e societários como uma barreira de natureza tipicamente corretiva, desenhada para atenuar o impacto residual da infração.
- (D) O ciclo de monitoramento de riscos de conformidade classifica o nepotismo sob a métrica de risco incontrolável, o que fundamenta a adoção prioritária de planos de contingência elaborados para atuar na reparação pecuniária imediata do erário após a consumação irreversível da nomeação.
- (E) A categorização metodológica dessas infrações impõe a distinção sistêmica entre o evento de risco (a conduta irregular) e seus fatores motivadores subjacentes, admitindo-se que a disfunção organizacional, a exemplo de lacunas normativas para averiguação prévia de vínculos, atua de forma convergente com o déficit ético individual do agente.

Questão 30

(Correta: C)

Nova lei obriga Municípios a criar mecanismos para levantamento e divulgação da demanda por vagas em creche

Foi sancionada a Lei n.º 14.851, em 06 de maio de 2024, que dispõe sobre a obrigatoriedade de criação de mecanismos de levantamento e de divulgação da demanda por vagas no atendimento à educação infantil de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade. Esta medida visa garantir maior transparência e eficiência na gestão das vagas disponíveis, facilitando o acesso dos cidadãos às informações e melhorando o planejamento e a oferta de vagas nos municípios.

A nova legislação determina que os entes federados instituam normas, procedimentos e prazos para a definição dos instrumentos de levantamento da demanda por vagas na educação infantil, que poderão ser estabelecidos a partir da implementação de estratégias de busca ativa de crianças de até 3 (três) anos de idade, a serem realizadas pelos municípios, com a participação de órgãos públicos de educação, assistência social, saúde, proteção à infância, bem como organizações da sociedade civil. [...]

(Ministério Público do Paraná, 07 de maio de 2024. Disponível em: <<https://site.mppr.mp.br/crianca/Noticia/Nova-lei-obriga-Municipios-criar-mecanismos-para-levantamento-e-divulgacao-da>>. Acesso em: 28 abr. 2026.)

Acerca dos princípios constitucionais que regem a administração pública, assinale a alternativa correta:

- (A) Um dos desafios em termos de legalidade que a Secretaria da Educação enfrentará na implementação desta lei é como fazer a divulgação dos dados pessoais de crianças e adolescentes tendo que o tratamento deste tipo de dado é expressamente proibido pela Lei n.º 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- (B) Há um dilema na implementação da estratégia de busca ativa de crianças: por um lado, caso os municípios optem por não fazê-lo, estarão incorrendo em ilegalidade; por outro lado, práticas como esta causam morosidade e dispêndio de recursos em excesso, o que implica em falta de cumprimento do princípio da eficiência.
- (C) Ao instituir o dever de transparência ativa sobre o déficit de vagas, a norma não apenas instrumentaliza o princípio da Publicidade, mas atua como mecanismo direto de salvaguarda do princípio da Impessoalidade, mitigando o risco de favorecimentos ou critérios subjetivos no acesso ao serviço público.
- (D) A exigência legal de criação de mecanismos de divulgação consagra a regra da transparência ativa como faceta do princípio da Publicidade. No entanto, a ausência provisória de implementação dessas plataformas pelo município não configura ilegalidade, desde que o ente garanta a transparência passiva, fornecendo os dados da demanda por vagas sempre que houver requerimento formal do cidadão via Lei de Acesso à Informação (LAI).
- (E) A construção colaborativa de instrumentos e critérios para o levantamento da demanda, envolvendo organizações da sociedade civil, fere o princípio da Impessoalidade, visto que transfere a responsabilidade e a discricionariedade do planejamento de políticas públicas para atores não estatais.

Questão 31

(Correta: E)

A respeito da disciplina jurídica aplicável à gestão de contratos administrativos e convênios, abrangendo as etapas de celebração, execução, fiscalização, prestação de contas e encerramento, assinale a alternativa correta:

- (A) A fiscalização contratual permite o apoio de terceirizados, o que delega o poder de polícia sancionatório ao particular e atenua a responsabilidade do fiscal público. Além disso, garante à contratada o direito à imediata paralisação dos serviços diante de qualquer atraso nos pagamentos governamentais.
- (B) A modificação unilateral para acréscimo de serviços em contratos dispensa o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro. Em contrapartida, nos convênios, a natureza comutativa e sinalagmática exige procedimento seletivo prévio para escolher o parceiro privado que apresentar a proposta financeira de menor custo global ao erário.

- (C) O encerramento do contrato por razões atinentes à conveniência administrativa configura a caducidade do ajuste. Nesse cenário, o contratado perde o direito à restituição da garantia prestada na celebração, devendo o poder público quitar apenas os valores referentes aos serviços executados até a efetiva paralisação.
- (D) A celebração de contratos admite a forma verbal subsidiária para serviços contínuos. Já na execução de convênios, a transferência financeira converte o montante em patrimônio privado do recebedor, eximindo-o de prestação de contas ao final do ajuste, bastando apenas comprovar a entrega do objeto pactuado.
- (E) Na celebração de convênios, a mútua colaboração afasta a licitação clássica, mas os recursos repassados mantêm a natureza pública, exigindo prestação de contas. Nos contratos, o apoio de terceiros na fiscalização não exime a responsabilidade do agente estatal, mantendo-se a prerrogativa de extinção unilateral por interesse público.

Questão 32

(Questão anulada)

A Secretaria de Estado da Educação (SED) necessita licitar a construção de escolas, adquirir carteiras comuns via registro de preços, realizar reparos emergenciais em telhados destruídos por um ciclone e contratar uma solução tecnológica educacional inédita no mercado. O agente de contratação da SED avalia o rito legal aplicável.

Acerca das fases procedimentais, contratação direta, modalidades e registro de preços, assinale a alternativa correta:

- (A) A habilitação antecede obrigatoriamente o julgamento no rito da licitação de obras.
- (B) O diálogo competitivo restringe-se ao critério de julgamento de maior retorno econômico.
- (C) O pregão para compra de carteiras admite o critério de julgamento por técnica e preço.
- (D) A secretaria é legalmente proibida de aderir a atas de órgãos federais.
- (E) A dispensa emergencial para reparos possui vigência máxima improrrogável de um ano.

Questão 33

(Correta: C)

Três municípios constituem um consórcio público, sob a forma de associação pública, denominado "Consórcio de Educação Tecnológica". Seu dirigente aplica multa a uma fornecedora de merenda, mas omite os fundamentos fáticos e jurídicos da decisão. Inconformado, um dos prefeitos tenciona revogar a sanção unilateralmente, invocando controle hierárquico sobre a entidade. Sobre a organização administrativa e a teoria dos atos no caso, assinale a alternativa correta:

- (A) A parceria interfederativa carece de personalidade jurídica própria, admitindo-se, contudo, a convalidação do ato sancionatório praticado com vício insanável de finalidade institucional.
- (B) O ente compõe a administração direta de cada município, detendo a multa o atributo da autoexecutoriedade material, o que autoriza a constrição direta de bens da empresa sem ordem judicial.
- (C) A associação integra a administração indireta, impondo-se a anulação do ato por vício de motivação, sendo juridicamente inviável a intervenção unilateral do prefeito por ausência de subordinação hierárquica.
- (D) O controle hierárquico municipal legitima a revogação do ato punitivo viciado pelo chefe do Executivo, operando efeitos retroativos para deconstituir a sanção desde a sua origem.
- (E) O consórcio ostenta natureza jurídica de direito privado e a sanção configura ato administrativo complexo, cuja validade depende de prévia ratificação conjunta por todos os prefeitos consorciados.

Questão 34

(Correta: D)

Clara atua no balcão de atendimento de uma autarquia. Diante de sucessivos atrasos sistêmicos, um cidadão altera a voz, esmurre o balcão e passa a ofender a servidora, exigindo a liberação imediata de sua certidão. Visando aplicar a Comunicação Não Violenta (CNV) para desescalar a crise sem abdicar de seus deveres funcionais, assinale a alternativa que apresenta a conduta metodologicamente correta de Clara:

- (A) Clara deve diagnosticar as necessidades sistêmicas ocultas do cidadão por trás da agressividade, registrando formalmente essas carências emocionais no sistema como justificativa processual para o atraso, garantindo que a metodologia não violenta embase a defesa institucional da autarquia.
- (B) Clara deve focar na observação estrita dos fatos, utilizando a linguagem não violenta para informar ao cidadão que o seu descontrole emocional configura crime de desacato, estabelecendo a imposição do silêncio como condição prévia e inegociável para a retomada da análise processual.
- (C) Clara deve aplicar a empatia incondicional absorvendo as ofensas como mero reflexo da ineficiência estatal, validando a frustração do usuário mediante a flexibilização excepcional da ordem cronológica da fila, a fim de mitigar o risco de violência e restaurar a harmonia institucional.

- (D) Clara deve dissociar o fato objetivo (esmurrar o balcão) da atribuição de rótulos morais, mapear sua própria necessidade de segurança para não reagir defensivamente e formular um pedido claro e positivo para que o cidadão reduza o volume, viabilizando tecnicamente a continuidade do atendimento.
- (E) Clara deve expressar seus sentimentos de vulnerabilidade para nivelar a relação de poder com o munícipe, responsabilizando o cidadão pelo desgaste psicológico sofrido no balcão e exigindo que ele compreenda as limitações do sistema governamental antes da prestação do serviço.

Questão 35

(Correta: A)

Marcelo, servidor da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, recebe a demanda de processar dados para analisar o perfil de elegibilidade de cidadãos em um novo serviço a ser ofertado pela Secretaria e, na sequência, redigir um relatório técnico. Visando celeridade, ele decide utilizar uma plataforma pública aberta de Inteligência Artificial Generativa (IAG). Assinale a alternativa que apresenta a conduta correta de Marcelo:

- (A) Marcelo deve utilizar credenciais desvinculadas da instituição, substituir dados reais por informações fictícias na plataforma aberta, submeter o texto à rigorosa supervisão humana e incluir no rodapé do relatório a transparência sobre o uso técnico auxiliar da inteligência artificial.
- (B) Marcelo deve transferir a responsabilidade funcional pelo conteúdo gerado para a plataforma de inteligência artificial adotada, abdicando da avaliação de viés representativo, uma vez que a capacidade sintética tecnológica da ferramenta elide distorções e garante a impessoalidade do documento.
- (C) Marcelo deve apresentar o conteúdo técnico do relatório como criação humana exclusiva a fim de resguardar a propriedade intelectual do órgão, garantindo que a inteligência artificial defina a elegibilidade dos usuários sem admitir qualquer direito legal de contestação processual.
- (D) Marcelo deve utilizar o seu e-mail institucional oficial para assegurar a rastreabilidade do processo administrativo, aplicando a ferramenta para classificar os cidadãos com base em perfis preditivos, o que otimiza a contínua prestação dos serviços públicos com risco moderado.
- (E) Marcelo deve inserir os dados reais no modelo generativo aberto para viabilizar inferências precisas, acatando as operações matemáticas sem revisão, visto que o viés de automação atesta a neutralidade do algoritmo na avaliação da contínua elegibilidade dos serviços estatais.

Questão 36

(Correta: E)

Acerca dos critérios que regem a estrutura das classificações orçamentárias adotadas na administração pública brasileira para o registro e o controle das finanças governamentais, assinale a alternativa correta:

- (A) A classificação funcional estabelece a função como o maior nível de agregação, sendo a subfunção um grupamento de natureza estrita que, para garantir a rastreabilidade contábil nos balanços do ente federativo, veda integralmente a vinculação cruzada com funções de áreas diversas.
- (B) A classificação econômica da receita organiza os ingressos estatais com base nos órgãos e unidades responsáveis pela arrecadação, permitindo identificar as estruturas administrativas competentes para recolher os recursos e gerenciar os fluxos financeiros de entrada nos cofres do setor público nacional.
- (C) As operações especiais consubstanciam despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, englobando projetos de expansão de infraestrutura que geram contraprestação direta sob a forma de bens tangíveis para o acervo patrimonial governamental no cenário de longo prazo.
- (D) O elemento de despesa aponta se os recursos serão aplicados diretamente por órgãos da administração ou mediante transferência a outros entes, constituindo o classificador orçamentário primordial para expurgar a dupla contagem de valores na consolidação dos balanços do setor público nacional.
- (E) A classificação funcional, estruturada em funções e subfunções, admite a combinação cruzada de suas categorias, permitindo que uma subfunção seja vinculada à função distinta da originária, atuando como o agregador responsável por evidenciar as áreas de atuação estatal perante a sociedade.

Questão 37

(Correta: A)

A Secretaria de Estado da Educação, atuando como Controladora, sofreu um ataque cibernético em seu sistema acadêmico, hospedado por uma empresa terceirizada de tecnologia educacional (Operadora). O incidente resultou no vazamento de milhares de laudos socioeconômicos de alunos e relatórios de progressão funcional de professores. Rafael, Analista Administrativo e membro do comitê de privacidade, foi convocado para acionar o plano de contingência e orientar a alta gestão. Considerando a situação descrita, a sistemática de notificação de incidentes e as regras de Boas Práticas e Governança estabelecidas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), analise as assertivas a seguir:

I.O programa de governança em privacidade implementado pela instituição pública deve abranger todo o conjunto de dados pessoais sob seu controle, independentemente de os dados dos alunos e dos professores terem sido coletados fisicamente ou mediante plataformas digitais de ensino.

II.Diante da expressiva gravidade do vazamento, a comprovação da existência de um plano prévio de

resposta a incidentes exige a instituição pública da obrigatoriedade legal de notificar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados e os respectivos titulares afetados.

III.A empresa terceirizada de tecnologia encontra-se legalmente impedida de formular regras próprias de governança, visto que a legislação concentra a competência regulamentar de boas práticas de forma exclusiva e intransferível na figura institucional da universidade controladora dos dados.

IV.A Secretaria deverá demonstrar a efetividade de seu programa de governança em privacidade quando requerida pela autoridade nacional, cabendo-lhe comprovar que a referida política institucional é atualizada constantemente com base em monitoramento contínuo e em avaliações periódicas de risco cibernético.

V.Visando preservar o princípio da isonomia administrativa, a lei exige que o programa de governança da Secretaria seja estruturalmente idêntico aos formulados por escolas básicas, sendo legalmente irrelevante a dimensão de suas operações acadêmicas ou a sensibilidade dos dados tratados.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e IV, apenas.
- (B) II, III e V, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) III e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

Questão 38

(Correta: D)

A forma como os recursos materiais são utilizados está diretamente associada às competências organizacionais, entendidas como a combinação de conhecimentos, habilidades e atitudes que orientam sua aplicação e disponibilização em função dos objetivos a alcançar. Sobre a gestão de materiais e patrimônio, avalie as alternativas a seguir:

I.Recursos intangíveis ou incorpóreos são bens de conhecimento, patentes, logomarcas registradas, maquinário e patrimônio.

II.Materiais classificados como matéria-prima são substâncias que fazem parte no processo de produção e incorporam-se fisicamente ao produto final.

III.Vacinas podem ser consideradas materiais de perecibilidade, pois a forma de armazenar pode alterar as propriedades físico-químicas do material.

É correto o que se afirma em:

- (A) II, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Questão 39

(Questão anulada)

A busca pela qualidade no setor público está associada à adoção de práticas gerenciais que envolvem planejamento, padronização de processos, capacitação contínua e foco no cidadão enquanto usuário dos serviços. Nesse contexto, diferentes abordagens teóricas e ferramentas de gestão contribuem para aprimorar a entrega de valor público. Considerando essa perspectiva, analise as afirmativas a seguir:

I.A qualidade de um serviço pode ser entendida como o grau em que as expectativas do cliente são atendidas/excedidas mediante sua percepção quanto à prestação dele.

II.A qualidade total é um filosofia que procura analisar sistematicamente as formas de oferta e custos dos serviços e produtos de uma organização para a melhoria contínua.

III.*Poka-yoke* é um conceito japonês que visa avaliar a satisfação do consumidor para a qualidade total de uma organização pública.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

Questão 40

(Correta: B)

A melhoria da qualidade no atendimento ao cidadão tem se consolidado como um dos eixos centrais da gestão pública contemporânea, especialmente em contextos orientados à transparência, participação social e eficiência dos serviços. Nesse cenário, diferentes instrumentos e práticas institucionais são mobilizados para compreender as demandas dos usuários, qualificar a comunicação e estruturar canais formais de interação entre Estado e sociedade. Considerando essas dimensões, analise as afirmativas a seguir:

I.Uma ferramenta para a análise da qualidade do atendimento no serviço público é a pesquisa de análise de concorrentes.

II.O atendimento ao cidadão deve ser técnico e sofisticado, para fortalecer a interação com o cidadão.

III.As ouvidorias e as centrais de atendimento ao cidadão são os órgãos para envio de reclamações, solicitações, sugestões e elogios.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I, II e III.

(D) II, apenas.

(E) I e II, apenas.

FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

| Questões | RESPOSTAS | | | | |
|----------|-----------|---|---|---|---|
| 01 | A | B | C | D | E |
| 02 | A | B | C | D | E |
| 03 | A | B | C | D | E |
| 04 | A | B | C | D | E |
| 05 | A | B | C | D | E |
| 06 | A | B | C | D | E |
| 07 | A | B | C | D | E |
| 08 | A | B | C | D | E |
| 09 | A | B | C | D | E |
| 10 | A | B | C | D | E |
| 11 | A | B | C | D | E |
| 12 | A | B | C | D | E |
| 13 | A | B | C | D | E |
| 14 | A | B | C | D | E |
| 15 | A | B | C | D | E |
| 16 | A | B | C | D | E |
| 17 | A | B | C | D | E |
| 18 | A | B | C | D | E |
| 19 | A | B | C | D | E |
| 20 | A | B | C | D | E |

| Questões | RESPOSTAS | | | | |
|----------|-----------|---|---|---|---|
| 21 | A | B | C | D | E |
| 22 | A | B | C | D | E |
| 23 | A | B | C | D | E |
| 24 | A | B | C | D | E |
| 25 | A | B | C | D | E |
| 26 | A | B | C | D | E |
| 27 | A | B | C | D | E |
| 28 | A | B | C | D | E |
| 29 | A | B | C | D | E |
| 30 | A | B | C | D | E |
| 31 | A | B | C | D | E |
| 32 | A | B | C | D | E |
| 33 | A | B | C | D | E |
| 34 | A | B | C | D | E |
| 35 | A | B | C | D | E |
| 36 | A | B | C | D | E |
| 37 | A | B | C | D | E |
| 38 | A | B | C | D | E |
| 39 | A | B | C | D | E |
| 40 | A | B | C | D | E |

INFORMAÇÕES

O inteiro teor da prova e o gabarito preliminar serão divulgados até as **20h do dia 25 de maio de 2026**, no endereço eletrônico <http://concursos.furb.br/>, na Área do Candidato.

O candidato que tiver qualquer discordância em relação às questões da Prova Objetiva ou ao gabarito preliminar divulgado poderá interpor recurso no período compreendido entre **00h00min01seg do dia 26 de maio de 2026 e 23h59min59seg do dia 27 de maio de 2026**.

24 de maio de 2026